

Discussões técnicas em torno do sistema defensivo da Paraíba no século XVIII: uma “guerra de conhecimentos” entremeada pelo Atlântico.

Maria Berthilde de Barros Lima e MOURA FILHA

Entre o final do século XVI e o princípio do XVII, decorria o processo de reconquista do território setentrional do Brasil, sendo o objetivo ocupar o litoral até a linha demarcatória de Tordesilhas. A estratégia adotada fundamentava-se na criação de um sistema defensivo associado à fundação de cidades que serviam de suporte para o povoamento e colonização do território, até então sujeito ao constante assédio de franceses.

Neste contexto foi fundada a cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, em 1585, sede da capitania da Paraíba criada por iniciativa direta da Coroa portuguesa. Assumiam a capitania e a cidade um caráter estratégico e defensivo, tanto em relação à ocupação das demais capitanias da região, quanto à colonização do território paraibano que se tornaria inviável sem estes escudos para defesa daquele nascente povoamento. Cabe observar que a Coroa portuguesa ao nomear o primeiro capitão da conquista da Paraíba, já determinava por Regimento, que este deveria edificar um forte no lugar do Cabedelo – margem Sul do Rio Paraíba. (FIGURA 1)

Apesar da reconhecida função defensiva que tinha a Paraíba naquela época, a edificação das suas fortificações foi uma história protagonizada pelos “homens da governança”. Em documentos de época, há referências sobre diversos momentos nos quais havendo decisões a tomar sobre a administração da capitania, o capitão-mor nomeado pelo rei de Portugal para o governo da Paraíba, associava-se aos oficiais da Câmara e da Fazenda e aos homens “nobres e ricos da terra” a fim de deliberarem sobre as mesmas.

Em nada diferia o procedimento quando se tratava da construção das fortificações, pois perante a ausência de mestres ou engenheiros tecnicamente habilitados para planejar e executar tais obras, eram as mesmas encaminhadas pelos capitães-mores utilizando recursos da Fazenda Real ou de particulares.¹ A exemplo, o Forte do Varadouro, foi

¹ A atuação de mestres e engenheiros na Paraíba do século XVI é uma questão sobre a qual ainda não há subsídios suficientes para delimitar o alcance da ação desses profissionais. O relato de um padre jesuíta intitulado o *Summario das armadas*, sendo uma crônica de época sobre a fundação da Paraíba, deixou registrado o nome de “Manuel Fernandes, mestre das obras d’el rei”, embora não o associando aos possíveis planos e obras que tenha executado na capitania, sendo este mestre uma incógnita, pois através das fontes documentais nada foi possível encontrar sobre sua origem ou outros serviços prestados à Coroa portuguesa. SUMMARIO das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parayba; escripto e feito por mandado do muito reverendo padre em Christo, o padre Chistovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda a provincia do Brasil. *Iris*. Vol 1. Rio de Janeiro, 1848. p. 66 e 68.

Da mesma forma, através do *Summario das armadas* fica inequívoca a participação de Christovão Lins na construção do forte da cidade, núcleo inicial da Filipeia. No entanto, esta informação foi interpretada de forma distorcida por alguns investigadores, sendo recorrente a afirmativa de que “Cristóvão Lins foi o primeiro arquiteto urbanista da Filipeia”. Confirmam as fontes documentais ser este fidalgo alemão, membro de uma família que por gerações teve engenhos no “*curado de Camaragibe distrito da villa de Porto Calvo*”, em Pernambuco, mas não há qualquer referência quanto à formação de Cristóvão Lins como arquiteto, urbanista ou engenheiro

erguido na década de 1620, por ordem do capitão-mor Antônio de Albuquerque para defesa direta da Filipéia contra as invasões holandesas, mas edificado por Manuel Pires Correia, proprietário de engenhos na várzea do Rio Paraíba e detentor do cargo de capitão deste forte entre os anos de 1626 a 1636.²

Este tipo de procedimento parece ter sido comum nas colônias portuguesas, pois se em diversos campos do conhecimento – como a cartografia, cosmografia, náutica – Portugal sempre deteve grande avanço, por outro lado, no século XVI, ainda contava com poucos engenheiros, não disponibilizando de mão-de-obra especializada capaz de abarcar a demanda nos territórios do ultramar. A função deste “técnico especializado”, muitas vezes, confundia-se com a “figura polivalente do capitão, ao mesmo tempo conquistador, comerciante e construtor”.³

No caso específico da Paraíba, até o início do século XVIII, os capitães-mores tiveram quase total soberania sobre as decisões referentes à construção das fortificações e demais obras públicas, porque perante a falta de engenheiros encaminhados pelo poder metropolitano para servir na capitania, esporadicamente, vinham estes de Pernambuco prestar alguma assistência na Paraíba. Em finais do século XVII, registraram os documentos a atuação dos engenheiros de Pernambuco João Alves Coutino, José Pais Esteves e Pedro Correia, até que em 1716, foi criado o cargo de capitão engenheiro da Paraíba, para o qual foi nomeado Luís Xavier Bernardo.⁴

Portanto, na Paraíba foi lento e tardio o processo de redefinição de papéis entre a figura exclusiva do “capitão conquistador e construtor” e a presença dos engenheiros a serviço da Coroa portuguesa, com os quais aqueles capitães passaram a compartilhar a tarefa de fazer o povoamento e defesa do território.

A fim de exemplificar como decorreu esta mudança de procedimento, remete-se à atuação do capitão-mor Pedro Monteiro de Macedo (1734-1744), o qual pôs em grande evidência durante o seu governo a necessidade de reforçar o sistema de defesa da Paraíba, na época reduzido apenas ao Forte do Cabedelo. O episódio a seguir relatado é representativo quanto aos conflitos que surgiam entre os “capitães” com formação nos campos de batalha e os “engenheiros” detentores de conhecimentos acadêmicos. O mesmo episódio demonstra a forma de circulação do conhecimento sobre a engenharia militar entre o Reino e o Brasil, transparecendo que no século XVIII havia uma sintonia entre os técnicos atuantes nos dois lados do Atlântico. Observando estes dois aspectos, passa-se a relatar o fato que teve início em 1736, quando Pedro Monteiro de Macedo, retomando uma idéia descartada pelo engenheiro José Pais Esteves, no final do século XVII, apresentou ao Reino sua proposta para:

“em hum pontal proximo a esta sidade, formar huma sidadella de fachina, e estacas, tanto para freio dos moradores, quanto para devidir as monçoins, que não era rezão estarem expostas todas em a fortaleza, porque cercada esta, ficava impossibellitado o seu socorro, e perdida, o seria tambem toda a capitania, por não aver outras monçoins, nem defesa alguma para segundo oposito; allem de que,

militar, sendo ele um dos tantos “homens brancos de qualidade”, que participaram na conquista da Paraíba, lhe sendo confiada por algum tempo a obra do forte da cidade. I.A.N./T.T. – Habilitação da Ordem de Cristo – Letra C, Maço 1, Doc. 5. e I.A.N./T.T. – Registro Geral de Mercês – D. Pedro II – Liv. 10 – fl. 356.

² I.A.N./T.T. – Chancelaria de D. Filipe III – Liv. 36 – fl. 49 e 49v.

³ ARAÚJO, Renata Malcher de – Engenharia Militar e Urbanismo. In: MOREIRA, Rafael. (dir.) – *História das Fortificações portuguesas no mundo*. Lisboa: Alfa, 1989. p. 255.

⁴ I.A.N./T.T. – Registro Geral de Mercês – D. João V – Liv. 8 – fl. 43.

ficando a cidade distante so da costa, duas legoas pequenas, era forsozo ter algum abrigo, em que segurassem os moradores os seus moveis, de alguma invasão repentina".⁵

Esta cidadela seria construída "de saibro, e barro, a pillão", e estaria situada em "hum sítio dos Padres da Companhia, que com grande vontade offerecião" em troca de alguma recompensa. O custo desta fortificação não excederia um conto de réis, visto que seria utilizada a mão-de-obra de soldados e índios, com a eventual colaboração dos "negros dos moradores". (FIGURA 2)

A proposta foi submetida à apreciação dos engenheiros de Pernambuco e do Reino, onde Manuel da Maia foi o primeiro a avaliá-la, atendo-se nos três pontos utilizados para justificar a fortificação da cidade, e sobre estes desenvolveu o seguinte parecer:

"Respondo ao primeiro ponto, que me parece muyto justo se dividão as munições, principalmente a da polvora (...)

Na segunda cauza, porque se quer fazer a dita cidadella, encontro alguma impropriedade; e vem a ser, que a cidadella suppoem praça fortificada, de cujas obras se podem os moradores senhorear, lançando fóra a guarnição, ou matando-a, e fazendose nella fortes contra os seus soberanos; o que no cazo presente não concorre; porque não sei que aquella cidade tenha fortificação alguma, que a cidadella haja de dominar para pôr freyo aos moradores; nem aquelles moradores parecem dignos de tal sospeita, ainda no cazo de ser fortificada a cidade; porque não são povos estrangeiros conquistados de novo, e costumados a rebelarse, que são as gentes para quem, e contra quem se inventarão as cidadellas.

Contra a 3ª rezão de servir a dita cidadella de refugio aos moradores para guardarem os seus moveis em hum assalto repentino, se me offerece a difficuldade de que naquelle repente possão os moradores mudar com tanta promptidão os moveis para a cidadella, como os pyratas lho poderão impedir; pois não se conduzem os moveis de huma Igreja Matriz sumptuoza, Caza de Misericórdia, quatro conventos, e huma outra Igreja, alem dos demais de mil moradores, em que não falta nobreza, e comercio, com tanta facilidade e presteza, como a de hum assalto repentino".⁶

Todavia, por achar conveniente fortificar a cidade, Manuel da Maia sugeriu substituir esta "cidadela" por "huma boa trincheira de campanha" com baluartes, dentro dos quais se defenderia a população de um ataque repentino e ficariam distribuídos os armazéns para munição. Ao fim do seu parecer, solicitou que o mesmo fosse submetido à apreciação do engenheiro-mor do Reino, Manuel de Azevedo Fortes, que pouco acrescentou ao que disse Manuel da Maia e aconselhou que o engenheiro de Pernambuco, Diogo da Silveira Veloso, fosse "aquela cidade para deliniar a dita fortificação".⁷

Não agradou a Pedro Monteiro de Macedo ter a sua proposta colocada em causa pelos engenheiros do Reino e logo tratou de se defender, dando início a um "duelo de conhecimentos" com aqueles engenheiros, particularmente com Manuel da Maia, que o criticou pelo uso impróprio do termo "cidadela". A este, o capitão-mor respondeu: "não nego para credito da sciencia do Coronel que por ser tão conhessida, como a minha ignorancia, era escuzado luzir com questão de nome".⁸

⁵ A.H.U. – ACL_CU_014, Cx.10, Doc. 799.

⁶ A.H.U. – ACL_CU_014, Cx.10, Doc. 799.

⁷ A.H.U. – ACL_CU_014, Cx.10, Doc. 799.

⁸ Segundo Manuel de Azevedo Fortes, "cidadellas são humas praças menores, ordinariamente quadrados, ou pentágonos, que se erigem nas Praças em citio mais conveniente, e servem para ter em sogeição, e obediência os moradores, para que se não revoltem, e queirão entregar a Praça; e são mais necessárias nas Praças de próximo conquistadas: o mesmo uso tinham antiguamente os castellos". FORTES, Manuel de Azevedo – *O Engenheiro Português*. Tomo I. Lisboa: Direcção da Arma de Engenharia, 1993. p. 16.

Continuou censurando a Manuel da Maia por opinar sem ter o devido conhecimento da realidade local, e contrapôs os argumentos daquele engenheiro quanto a ser a população da Paraíba isenta de suspeitas de sublevação, referindo-se a fatos do gênero ocorridos há pouco tempo em Pernambuco.⁹ Ainda considerava preocupante para a segurança do Brasil, as recentes desavenças com os espanhóis, devido aos conflitos gerados em torno da Colônia do Sacramento, e com os franceses, por lhes terem tomado a ilha de Fernando de Noronha.¹⁰ Diante deste contexto, encontrava justificativa para reforçar os investimentos na defesa do litoral brasileiro, entre os quais estava a Paraíba, onde se deveria trabalhar para concluir a fortaleza do Cabedelo, além de edificar “*a que se necessita ainda que de fachina nesta cidade*”.¹¹

Pedro Monteiro de Macedo ainda contestou Manuel da Maia por considerar inviável que a fortificação proposta servisse de refúgio para os moradores da cidade em caso de invasão. Aqui, confrontou a posição técnica do engenheiro com o seu conhecimento prático, relatando que sua vivência em campos de guerra, lhe dera “*a experiencia que basta como se dão asaltos, e fazem invazoins*”, e aprendera que “*sempre ha tempo para recolher os moveis de mais popollozas cidades, que a da Parahiba*”. E neste caso particular o tempo era ampliado pelas características da região, porque “*como o Pais he todo coberto de matas não se caminha com a pressa que se imagina, por que o receio das emboscadas fas marchar com cautella, e bater todas as paragens de suspeita*”.¹²

Através destes argumentos utilizados para defender sua proposta de fortificar a cidade, Pedro Monteiro de Macedo não escondia o orgulho que tinha da experiência acumulada com sua longa folha de serviços prestados à Coroa portuguesa, e se julgava em posição de questionar a formação dos engenheiros, que considerava eminentemente teórica, os distanciando da realidade. Opinião que assim expressou:

“Não posso deixar de responder, que se a arte de engenheiros fora gratia gratis data, he sem duvida que seria virtude particullar concedida a poucos, mas sendo virtude scientifica que todos podem adquirir, e darse a sy, me admira muyto, que supponho o Coronel que achandome governando esta capitania ainda que a falta de homens, não pudesse a forsa de annos ter sequer o conhessimento para saber se pode, ou não fortificarse esta cidade, o que se fora possivel, não propuzera a fortalleza, ou cidadella que aponte, seguro a Vossa Magestade que reconhecho ao Coronel Manoel da Maya por hum dos grandes engenheiros e doto em todas as siencias que tem Portugal, porem premitame que diga, ainda que seja a custa de romper a modestia, que sedendo lhe em tudo a primazia especullativa, não posso seder lhe na pratica, que adqueri a forsa de servisso, e experiencias”.¹³

⁹ A.H.U. – ACL_CU_014, Cx.10, Doc. 833.

Pedro Monteiro de Macedo, se referia a Guerra dos Mascates, resultado de um conflito de interesses entre os moradores da Vila de Olinda e do porto do Recife. Olinda era a sede da capitania de Pernambuco, onde residia a nobreza local constituída pelos senhores de engenho. Estes senhores, não aceitavam a reivindicação dos mercadores e comerciantes do Recife, para a elevação daquele porto à condição de vila, pois se sentiam ameaçados pelo crescente poder daquela classe dos “mascates”. Com o apoio do governador da capitania, Recife foi elevada a vila, gerando o conflito armado. CARVALHO, Marcus – Guerra dos Mascates. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.) – *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa; São Paulo: Editorial Verbo, 1994. p. 387.

¹⁰ Entre 1735 e 1737, Portugal e Espanha estavam em guerra pela posse da Colônia do Sacramento, saindo vitoriosos os portugueses. MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal. Do Renascimento às Revoluções Liberais*. Vol. II. 13ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1998. p. 418.

Por sua vez, a Ilha de Fernando de Noronha servia de porto para os navios franceses, sendo este acesso bloqueado em 1737, por intervenção do governo português. A.H.U. – ACL_CU_015, Cx. 51, Doc. 4489.

¹¹ A.H.U. – ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 829.

¹² A.H.U. – ACL_CU_014, Cx.10, Doc. 833.

¹³ A.H.U. – ACL_CU_014, Cx.10, Doc. 833.

Por fim, Pedro Monteiro de Macedo foi afirmativo ao dizer que não era possível fortificar a cidade da Paraíba da forma como apontava Manuel da Maia, devido à “sua irregular situação”, sendo a única alternativa viável aquela que apontara. E concluiu: “este he o meu parecer, em que a forsa de rezão, me fas o por ao voto dos dous mais veneraveis mestres da profição de engenheiros que conhesso tem Portugal, e que so se enganão no que apontão, por não verem a situação da terra, a vista do que Vossa Magestade mandará o que for servido”.¹⁴

Diante do impasse, em 1738, o Conselho Ultramarino recomendou a D. João V adotar as seguintes medidas: solicitar aos engenheiros Manuel da Maia e Manuel de Azevedo Fortes um novo parecer sobre a matéria, considerando os argumentos apresentados pelo capitão-mor da Paraíba, e ordenar ao engenheiro de Pernambuco, Diogo da Silveira Veloso, que estudasse a viabilidade do projeto de Manuel da Maia. O Conselho Ultramarino também expôs ao rei que deveria autorizar a Pedro Monteiro de Macedo que desse início à fortificação proposta por ele, “vista a pouca despeza, que poderá importar” a construção, e por não ser “conveniente perder tempo, emquanto assiste naquella Cappitania o mesmo Cappitão mor, em quem concorrem as circunstâncias de zello, e actividade no serviço de Vossa Magestade, e sciência militar”.¹⁵

Entre os anos de 1742 e 1744, a construção desta fortificação transcorreu sob constantes discordâncias. Questões técnicas referentes à execução da obra eram utilizadas como pretexto para camuflar o verdadeiro motivo da polêmica, alimentada pela vaidade e necessidade de afirmação de todos os envolvidos naquele projeto.

Ocorria que após tantas discussões foram apresentados cinco projetos para esta fortificação, nos quais trabalharam os engenheiros de Pernambuco, Diogo da Silveira Veloso e Luís Xavier Bernardo.¹⁶ Entre estes, havia um projeto sempre referido como “anônimo”, mas que na verdade fora idealizado por Pedro Monteiro de Macedo e riscado por Luís Xavier Bernardo.¹⁷ Uma vez que esta planta anônima foi preterida, sendo aprovada a proposta delineada por Diogo da Silveira, ofendia-se o capitão-mor com seu incontido orgulho e vaidade.

Por isso Pedro Monteiro de Macedo apontava a impossibilidade de adaptar o projeto delineado por Diogo da Silveira ao sítio escolhido para a fortificação, além do mesmo ser considerado pouco eficiente para a defesa da parte baixa da cidade. Mas D. João V ordenou por carta de 29 de Agosto de 1742, que Pedro Monteiro de Macedo desse continuidade à construção da fortificação “seguindosse a primeira planta do Tenente general Engenheiro Diogo da Silveira Vellozo na forma que aponta o Engenheiro-mór do Reyno Manoel de Azevedo Fortes”.¹⁸

No ano seguinte, Pedro Monteiro de Macedo voltou a contestar a decisão dos engenheiros do Reino quanto a pôr em execução a planta de Diogo da Silveira. Tendo o objetivo de reforçar seu ponto de vista, solicitou a Luís Xavier Bernardo que avaliasse o projeto em questão, concordando o engenheiro que o mesmo não estava de acordo com a forma do terreno, e não oferecia meios de atacar um inimigo situado na área abaixo da encosta.¹⁹

¹⁴ A.H.U. – ACL_CU_014, Cx.10, Doc. 833.

¹⁵ A.H.U. – ACL_CU_014, Cx.10, Doc. 865.

¹⁶ Em 1736 o engenheiro Luís Xavier Bernardo foi designado para o posto de “tenente de mestre de campo general de Pernambuco”, sendo solicitado ao Reino o envio de um substituto para trabalhar na Paraíba. A.H.U. – ACL_CU_014, Cx.10, Doc. 815.

¹⁷ A.H.U. – ACL_CU_014, Cx.11, Doc. 945.

¹⁸ I.H.G.P. – Doc. Coloniais Manuscritos – Ordens Régias – Liv. 4 – fl. 138.

¹⁹ A.H.U. – ACL_CU_014, Cx.12, Doc. 1023.

Sentindo-se respaldado com o parecer do engenheiro Luís Xavier Bernardo – embora viesse a tecer severas críticas sobre a capacidade profissional do mesmo – Pedro Monteiro de Macedo insistia que a “planta anônima” era a mais adequada à defesa da cidade. E para dar credibilidade à sua opinião, reafirmava a sua experiência na arte de fortificar, confrontando-a com a formação dos engenheiros de Pernambuco, tendo o objetivo de desmerecer a Diogo da Silveira. Assim, relatou:

“Por desejo de saber, aprendi a arte da fortificação da qual me não prezo de expeculativo, porem tenho a practica, que me basta, para conhesser a perfeição ou defeito das obras, entrei de poucos annos no servisso, e acheime em asedios ofença, e defença de prassas, em que derramei o meu sangue, vi em França algumas, muitas na Espanha, e quazi todas no Reino, em Africa assisti dous annos na de Seuta; e passando a Parahiba, topei dous engenheiros, ambos tirados pella mesma fieira, porque não tendo visto, nem ainda as prassas de Portugal, porque da aulla se transportarão nesta America, sem mais esperiencia que as obras da fortalleza do Cabedello, ou os fortes de Pernambuco, que todos são ridicullos, prezumem exsederem na arte aos mais sabios”.²⁰

Ao fim, solicitava ao rei que novamente mandasse ver com atenção os projetos que enviara a Corte, e assim sendo, Manuel de Azevedo Fortes voltou a tecer comentários sobre aquela questão, abordando dois pontos cruciais: o técnico e o ético. Sobre o comportamento de Pedro Monteiro de Macedo, considerando-o arrogante e prepotente, disse: *“se não satisfaça a sua invencivel teima, permita-lhe Vossa Magestade de levantar hua estatua, cuja inscripção, o declare autor daquella fortaleza”*.

Manuel de Azevedo Fortes, embora reconhecesse a capacidade e os méritos do capitão-mor, utilizou seu procedimento para exemplificar um problema que constantemente acontecia e que considerava prejudicial aos interesses da Coroa: *“O que eu sei, por experiencia he, que a mayor parte dos governadores, assim das armas, como das praças, enfarinhados de alguas maximas da arte de fortificar, tem hua forte tentação de quererem passar por engenheiros, o que tem cauzado hum grande prejuizo á Real fazenda de Vossa Magestade, e ainda, he muito mais pernicioso este danno, para a defença do Reino”.²¹*

Sobre a questão técnica, concluiu o engenheiro-mor do Reino que a polêmica centrava-se no tipo de obra externa com a qual se deveria *“acabar de occupar o terreno, para a ponta do monte”*, havendo opção de fazer um hornaveque ou outra obra qualquer, *“á escolha e arbitrio do mesmo governador”*. No entanto, tal decisão não poderia ser tomada *“sem estar á vista do terreno”*.²² Sendo assim, resolveu o Conselho Ultramarino ser indispensável enviar à Paraíba *“algum homem capax de ponderar na mesma face do lugar os ditos projectos, e suas deficuldades, e de escolher o maes oportuno”*. E ordenou:

“he o Concelho de parecer que se avize ao Governador de Pernambuco faça passar a Parahiba para este effeito a Francisco Estavão do Loreto, e que a este se escreva remetendo lhe as plantas, cartas e pareceres, que tem havido para que elle com assistencia do ditto cappitão mor observe tudo o que se tem discorrido, e escolha das plantas a que melhor lhe parecer, ou forme outra se o reputar maes conveniente, e fique esta planta servindo de final rezolução para na sua conformidade se executar a obra”.²³

Sendo esta decisão coerente com o problema que se apresentava, é relevante o fato de Francisco Estevão de Loreto ser um monge beneditino residente em Pernambuco, certa-

²⁰ A.H.U. – ACL_CU_014, Cx.12, Doc. 1023.

²¹ A.H.U. – ACL_CU_014, Cx.12, Doc. 1023.

²² A.H.U. – ACL_CU_014, Cx.12, Doc. 1023.

²³ A.H.U. – ACL_CU_014, Cx.12, Doc. 1023 e A.H.U. – ACL_CU – Códice 260 – fl. 391v.

mente, com conhecimentos que o habilitava a receber plenos poderes para resolução daquele impasse. Assim, sairia das mãos de um religioso a decisão final dessa questão, sobrepondo o frei aos engenheiros Diogo da Silveira Veloso e Luís Xavier Bernardo, cuja capacidade técnica ou postura ética, estavam sendo postas em causa nas entrelinhas dessa ordem vinda do Reino.

No entanto, Frei Loreto não chegou a ir à Paraíba nesta época. Naquele mesmo ano, faleceu Pedro Monteiro de Macedo, depois de quase uma década no cargo de capitão-mor. Para substituí-lo, interinamente, foi nomeado João Lobo de Lacerda (1744 – 1745), que informou ao Reino sobre o estado em que encontrou a fortaleza que estava sendo edificada na cidade:

*“Passei com effeito a ver, e examinar esta obra, e nella achei sómente hum pequeno vallado de terra, e areya, continuado por huma linha recta, que me pairesse hera huma das cortinas da dita fortificação, e nos angullos ou lados desta dous montes de terra, alguma couza mais elleuados, aonde devião ser os balluartes, mas sem forma, pois não mostrão façe, nem flânco, partes de que se compoem o dito balluarte, e so sim em hum deles, na parte em que devia ser o angulo flanquiado, lhe achei hum pequeno revestimento de tyjollo, metido na terra exteriormente a mão, sem allicerse, nem fundamento, e sim somente asentado sobre o plano orizuntal”.*²⁴

João Lobo de Lacerda ainda informava que aguardava a vinda do Frei Loreto, para opinar sobre a utilidade daquela fortificação ou confirmar os *“descaminhos que da dita obra se seguem a real fazenda e serviço de Vossa Magestade”* visto que seu antecessor havia gasto nela *“o conto de reys, em que a Vossa Magestade a orsou”*.

Após um processo confuso e conflituoso, que se estendeu desde 1736 até 1744, foi este o desfecho do projeto de fortificar a cidade da Paraíba, obra que envolveu o conceituado capitão-mor Pedro Monteiro de Macedo, cuja folha de serviços prestados justificava ser indicado por Sua Majestade para este posto, e os dois engenheiros de Pernambuco, pagos pela Fazenda Real para prover a defesa da colônia. Sobre as informações fornecidas por estes homens, debateram os engenheiros e conselheiros do Reino, e D. João V emitiu as suas ordens.²⁵ Vejamos quem eram estes homens e os percursos que seguiram para acumular os conhecimentos que detinham.

Antes de assumir o governo da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo havia servido nas províncias de Trás-os-Montes, Beira, Alentejo e no Reino do Algarve, podendo ser considerado como uma figura emblemática para compreensão do perfil de muitos dos homens indicados pela Coroa portuguesa para os postos de governo em seus territórios ultramarinos, onde atuavam como administradores, mas principalmente, como chefes militares.²⁶ Sua trajetória profissional bem exemplifica a ideia desenvolvida por Russell-Wood, quanto a ser o império português um *“mundo em movimento”*, por onde esses homens circulavam e se tornavam portadores de um *“modo de fazer”* apreendido nos mais diversos campos de batalha.²⁷

²⁴ A.H.U. – ACL_CU_014, Cx.13, Doc. 1068.

²⁵ O saldo de todo este episódio, foi extremamente negativo para a Paraíba. Há muito tempo, a precariedade do seu sistema defensivo, reduzido à inconclusa fortaleza do Cabedelo, fazia a capitania perder a importância militar que tivera no passado. Esta proposta de fortificar a cidade, acabando por ser uma *“obra fantasma”*, possivelmente motivava o poder metropolitano a julgar as praças da Paraíba como secundárias no conjunto das estruturas defensivas da região, reduzindo ainda mais o investimento de recursos para as mesmas.

²⁶ I.A.N./T.T. – Chancelaria de D. João V – Liv. 88 – fl. 114.

²⁷ RUSSELL-WOOD, A. J. R. – *Um Mundo em Movimento: portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1998. p. 101-134.

Em contrapartida, os técnicos formados nas aulas de engenharia militar detinham os conhecimentos teóricos e os aplicavam na prática de erigir fortificações sem que se tornassem meros “projetistas”, uma vez que também participavam de batalhas e sítios a praças, no Reino e no Ultramar, pondo em circulação os ensinamentos da academia.

Foram “mensageiros” destes conhecimentos os engenheiros de Pernambuco, Luís Xavier Bernardo e Diogo da Silveira Veloso. Luís Xavier Bernardo antes de vir para o Brasil, serviu durante três anos nas praças de Trás-os-Montes, atuando em campanha e no desenho das plantas das fortalezas daquela província.²⁸ Diogo da Silveira Veloso recebeu o cargo de capitão-engenheiro da colônia de Mantevideu em 1702, trabalhando depois durante três anos no Rio de Janeiro de onde seguiu para Pernambuco. Em 1720, por reconhecimento dos seus dezoito anos de serviços prestados à Coroa portuguesa foi nomeado “sargento-mor engenheiro”.²⁹

Quando do projeto de fortificação da cidade da Paraíba, a atuação destes dois engenheiros atuantes no Brasil foi passada em revista pelos “mestres” Manuel de Azevedo Fortes e Manuel da Maia, encerrando nos engenheiros-mores do Reino um ciclo que interligava os dois lados do Atlântico.³⁰ Eram estes homens de formação teórica ou prática adquirida em academias ou em campos de batalha, os grandes “mensageiros” da arte de fortificar disseminada através do universo português.

²⁸ VITERBO, Francisco Marques de Sousa – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses ou ao serviço de Portugal*. Vol. I Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p.101.

²⁹ Id. – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses ou ao serviço de Portugal*. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, p. 48/50.

³⁰ Manuel de Azevedo Fortes circulou por academias da Espanha, França e Itália e regressando a Portugal nos últimos anos do século XVII, sua longa folha de serviços da qual constavam atuações em campos de batalha, levou a nomeação como engenheiro-mor em 1719. Id. – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses ou ao serviço de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 79/84.

Manuel da Maia iniciou sua carreira em 1698, alcançando em 1718 o posto de coronel de infantaria com exercício de engenheiro. Ao longo deste tempo acompanhou exércitos e participou de obras de fortificação nas províncias da Beira e do Alentejo. Sua atuação foi ainda mais alargada nos vinte anos subsequentes, pelo que foi promovido a brigadeiro de infantaria, em 1738, alcançando pelo mérito dos seus trabalhos o posto de mestre de campo general com exercício de engenheiro-mor do Reino, em 1745. Id. – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses ou ao serviço de Portugal*. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 124/131.

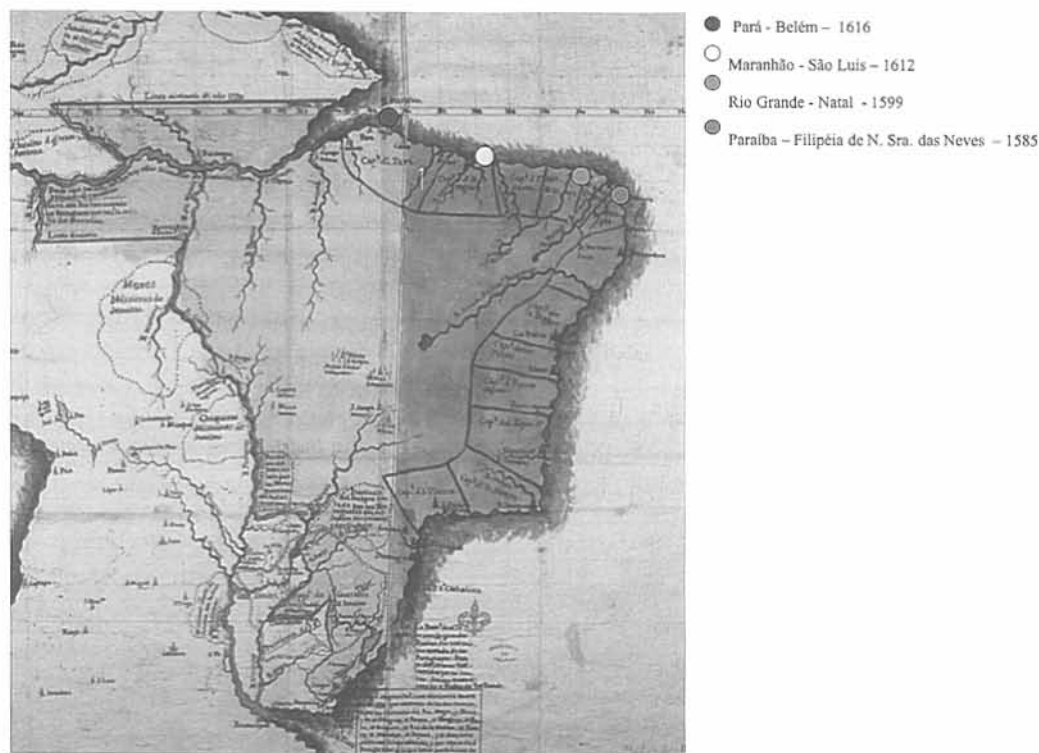


Figura 1 – As Capitâncias Reais na região setentrional do Brasil

FONTE: Mapa de las Americas del Sur, con la linea divisoria de las colonias pertenecientes a España y Portugal. Arquivo Geral de Simancas

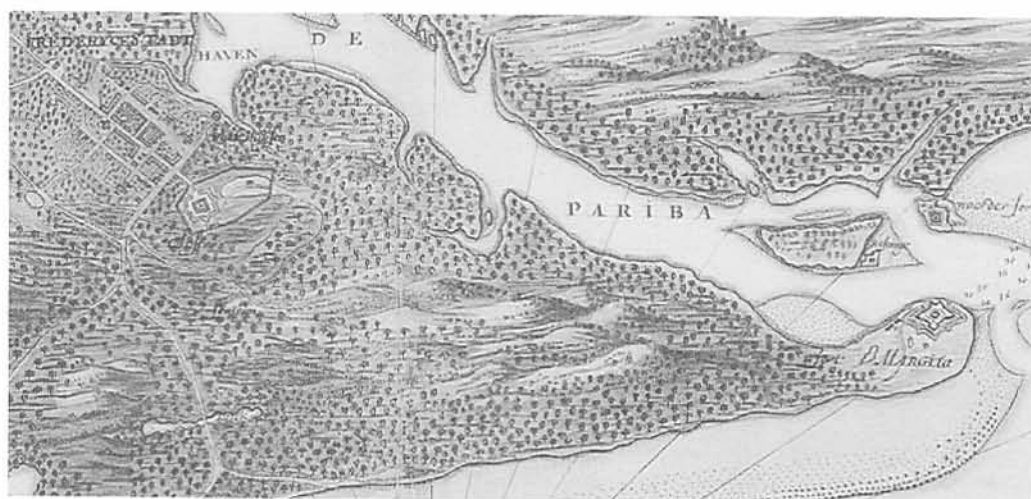


Figura 2 – O Rio Paraíba e a cidade - c. 1640

Cartografia holandesa com indicação do sistema defensivo na barra do Rio Paraíba e a cidade, então denominada de Frederica. Assinalada, a capela de São Gonçalo, sítio onde os jesuítas tinham sua casa no século XVI, e no Século XVIII edificaram colégio e seminário. Este era o local onde estaria a “cidadela” proposta pelo capitão-mor Pedro Monteiro de Macedo.

FONTE: Frederice Stadt c. 1640. REIS FILHO, Nestor Goulart - Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado/ Fapesp, 2000.

